

**CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA**  
**ATA DA 85ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE -**  
**COMDEMA**

Aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e dezenove, na sala de reuniões da Prefeitura, com início às dezesseis horas em primeira convocação, e às dezesseis horas e trinta minutos em segunda convocação, realizou-se a 85ª reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente, sob a presidência de Angela Maria Macuco do Prado Brunelli a presença dos membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA, cujas assinaturas constam da lista de presença anexa. A presidente em exercício agradeceu a presença de todos e informou que a reunião é conjunta com a 75ª reunião do CMSA, Conselho Municipal de Saneamento Ambiental, e convidou Telma Magro para secretariar. Angela perguntou se todos receberam a ata da 84ª reunião, e se poderia dispensar a leitura, tendo sido aprovada, com abstenção de Cristiane Lujan que não esteve presente na reunião anterior. Em seguida Angela informou que a pauta da reunião, com os seguintes assuntos: EIV da Pafil, Procedimentos para análise de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, Coleta dos resíduos da construção civil e da poda, e outros assuntos. Angela deu início à reunião e informou que será retirada da pauta o EIV da Pafil, referente ao loteamento Viver Bem, mas solicitou informações sobre a adequação do projeto de drenagem deste loteamento, e se foi incluída a área adjacente à área do loteamento para o cálculo do volume de drenagem, e Cristiane Lujan informou que o projeto foi analisado por ela e pelo Wagner Silveira e esta adequado; Angela informou que o DAEE solicitou alteração do projeto de macrodrenagem, o que já foi atendido, faltando portanto a aprovação da Cetesb, e aprovação final do EIV com as correções solicitadas, devendo ser apresentado na próxima reunião. A seguir João Gandra informou que realizou vistoria na APP do Córrego Bebedouro, mediante denúncia de disposição de resíduos, em área aos fundos de imóvel situado no prolongamento da Rua Sete de Setembro, e não constatou a irregularidade, exceto que a disposição está sendo feita em área fora da APP. Camila Rorato solicitou a inclusão na pauta de análise de requerimento para certidão de uso e ocupação do solo, o que foi aprovado; e apresentou a solicitação de empresa para comércio atacadista de medicamentos, protocolo 2609555043 do Via Rápida da Jucesp, em imóvel situado na Av. Osvaldo Perrone, 748, uso classificado como C3.2 conforme Plano Diretor Municipal, PDM, sendo que a esta solicitação já foi indeferida pelo Departamento de Planejamento; no entanto houve orientação que se este uso se adequar à classificação C2.9, conforme previsto no artigo 153 do PDM, mas a adequação poderá ser comprovada mediante comprovação de baixo impacto e apresentação de EIV. Camila apresentou outro requerimento, de protocolo 2029117201936, para o uso de montagem de estrutura industrial e instalações, localizada no Distrito Industrial III, zoneado como ZIS, e questionou se é necessário a anuência de vizinhos, uma vez que se trata de uso sujeito a controle especial, o que foi orientado que o requerente deverá apresentar EIV, considerando possível impacto, mas sem a necessidade da anuência de vizinhos. Camila apresentou a solicitação de horário especial de funcionamento para o uso de bar, da empresa denominada “Capitão Black”, e informou que a referida empresa vem sendo alvo de reclamação de 17 vizinhos, com denúncia no Ministério Público, devido a poluição sonora, o que foi orientada a requerer à empresa o EIV para a atividade, em atendimento aos artigos 72, 73 e 76 do PDM. A seguir foi informado que conforme denúncia de vizinhos, devido a ruídos provocados pela empresa “Cris Rodas” ou Lais Papel de Oliveira, situada na Rua Rolando José Vinhado, 180, Jardim Talarico, que exerce a atividade de recuperação de rodas, e possivelmente fundição, sendo orientado a realização de fiscalização pela Prefeitura para constatação do impacto, e também da regularização da atividade licenciada. Angela expôs o questionamento da empresa Dreyfus, que em reunião

48 junto à Prefeitura, sobre a legalidade do mapa P19 do PDM, que regulamenta as zonas de  
49 uso, e a Prefeitura informou que no processo de revisão do PDM houve consulta popular  
50 ou gestão participativa através de audiências, através do respeito ao direito adquirido do  
51 proprietário de imóveis, a exemplo do proprietário do imóvel vizinho à Dreyfus, que  
52 sucessivamente solicita análise de empreendimento imobiliário nesta área, para uso  
53 habitacional e empresarial, e além destas condicionantes foram respeitadas as medidas  
54 mitigadoras através da adoção de faixas de proteção em seu perímetro, no caso da área de  
55 fertirrigação da Dreyfus, na largura mínima de 60 m, a ser usada como área de proteção  
56 ambiental, devendo a mesma ser implantada parte na área da Dreyfus e parte na área do  
57 futuro empreendimento imobiliário, e dentre outras medidas, foram adotadas a preservação  
58 da Área de Preservação de Mananciais, a proteção de área ambientais, a defesa do  
59 desenvolvimento econômico sustentável, e a criação do EIV como medida de controle de  
60 uso solo; por fim houve entendimento sobre as medidas mitigatórias a serem utilizadas,  
61 assim como na forma de elaboração do zoneamento. A seguir Camila solicitou orientação  
62 para a classificação das atividades requeridas pelo “Via Rápido” para emissão de certidão  
63 de uso do solo, uma vez que as atividades requeridas usam o código da Classificação  
64 Nacional de Atividades Econômicas, CNAE, e a Prefeitura usa a classificação do Quadro  
65 02 do Anexo 01 do PDM, “Classificação dos Usos e Subcategorias”, sendo orientada a  
66 discutir esse assunto junto à Câmara Técnica de Legislação Urbanística, CTLU. Foi  
67 informado que houve reunião da Câmara Técnica de Planejamento, CT-PLAGRH e de  
68 Plenária do Comitê de Bacia do Baixo Pardo Grande para aprovação do Termo de  
69 Referência para o estudo de influência dos poços do Aquífero Guarani da bacia e os  
70 critérios para ajuda de custos aos participantes da sociedade civil em eventos relacionados  
71 à recursos hídricos, nos dias 11 e 17 deste mês. Angela informou que a partir do dia 15 de  
72 agosto será proibida a disposição em via pública de resíduos da construção civil e da poda  
73 ou limpeza de quintais, e nem a coleta pela Prefeitura, ficando obrigatório o uso de  
74 caçambas em todo o município, informou também que para a população de baixa renda  
75 será fornecida caçambas, desde que haja indicação do Departamento de Promoção Social;  
76 e solicitou seja incluídas nas certidões de uso do solo orientações sobre o descarte correto  
77 destes tipos de resíduos, e também foi orientado que as alterações do na certidão de uso do  
78 solo sejam definidas junto à CTLU. Angela perguntou se alguém gostaria de fazer uso da  
79 palavra, e não havendo mais nada a tratar, deu a reunião por encerrada, agradecendo a  
80 presença de todos. Eu, Telma Alves Magro, lavrei a presente ata, que será por mim  
81 assinada e pelo presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente, no dia trinta e um de  
82 julho de dois mil e dezenove

**Angela Maria Macuco do Prado Brunelli**  
Presidente em Exercício do COMDEMA

**Telma Alves Magro**  
Secretária